



27 DE JUNHO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **NOVOS PROJETOS DE LEIS 16.2011 - INFORME DAL/FIEP (ANEXO)**
- **NOTÍCIAS SEMANAIS 24.2011 - INFORME DAL/FIEP (ANEXO)**
- **EMENDAS NO SENADO TIRAM PODERES DO "SUPER CADE"**
- **BCS ALERTAM EMERGENTES SOBRE RISCOS DE AQUECIMENTO**
- **PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES TEM DÉFICIT DE R\$ 16,8 BI**
- **EXPORTAÇÃO ARGENTINA É RECORDE EM MAIO, MAS SALDO CAI**
- **EM CIDADE ONDE FALTA TERRENO, QUEM TEM ESTACIONAMENTO É REI**
- **GOVERNO ESTUDA REVITALIZAÇÃO DO TERMINAL PORTUÁRIO DE ANTONINA**
- **TRT: TRABALHADORES DA BOSCH ENCERRAM GREVE COM ACORDO**
- **SEMANA DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL INCENTIVA A FORMALIZAÇÃO**
- **FABRICANTES DE MEDIDORES DE ENERGIA E PLACAS-MÃE GANHAM BENEFÍCIO FISCAL**
- **PATRÕES PREEVEM "RUÍNA FINANCEIRA" SE AVISO PRÉVIO MUDAR**
- **EMPRESÁRIOS PODEM PERSONALIZAR PERFIL NA VITRINE DO EXPORTADOR**
- **BENEFÍCIO FISCAL GARANTE COMPETITIVIDADE A INDÚSTRIAS NO PR**
- **ASTON MARTIN TENTA REDUZIR SUA DEPENDÊNCIA DA FORD**
- **MAIS ENXUTO, BC REFORMA SUAS DIRETORIAS EM BUSCA DE EFICIÊNCIA**
- **PARGENDLER DEFENDE PEC DOS RECURSOS**
- **INDÚSTRIA OPEROU ABAIXO DO NORMAL EM MAIO**
- **FEDERAÇÃO PARANAENSE APRESENTA SUGESTÕES PARA PROJETO QUE CRIA AGÊNCIA REGULADORA**

Câmbio Em 27/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,596	1,598
Euro	2,276	2,279

Fonte: BACEN

Emendas no Senado tiram poderes do "Super Cade"

27/06/2011- Gazeta do Povo

O projeto de lei que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência (PL 3.937/04), que tramita há sete anos no Congresso Nacional, enfrenta oposição dos órgãos de defesa do consumidor. Três emendas propostas pelo Senado Federal podem enfraquecer o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), abrindo brechas para que a formação de cartéis e monopólios escape ao controle do órgão, prejudicando a livre concorrência e os interesses dos consumidores.

O projeto deveria ter sido votado no dia 15 na Câmara dos Deputados, mas foi retirado da pauta para priorizar a apreciação das regras de licitação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A proposta aprovada no Senado prevê a redução das multas por formação de cartel – que atualmente variam entre 1% e 30% do faturamento total da empresa – para o mínimo de 0,1% ao máximo de 20% do faturamento bruto, limitado ao ramo de atuação do grupo em que a infração foi constatada.

Votação deve ficar para julho

A votação do projeto de lei que institui o "Super Cade" na Câmara dos Deputados deverá ficar apenas para o próximo mês, de acordo com o relator do projeto, deputado Pedro Eugênio (PT-PE). Segundo ele, um projeto do governo sobre escolas técnicas está travando a pauta, pois tem caráter de urgência. "Depois vem o São João e complica tudo", disse, em referência às festas juninas, encaradas como "recesso branco" no Legislativo.

Ainda assim, o deputado acredita que o caso deva ser votado "em breve". O projeto teve origem na Câmara, mas, como recebeu emendas no Senado, precisará passar por novo aval dos deputados.

(ACN, com agências)

A proposta torna flexíveis as regras para punir os chamados "acordos de exclusividade" e aumenta o teto que sujeita fusões e aquisições à análise e autorização do Cade. Hoje, as empresas com faturamento anual a partir de R\$ 400 milhões precisam ter operações avaliadas pelo órgão. Pela proposta, esse limite mínimo passaria a ser de R\$ 1 bilhão por ano.

Para a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), se essas mudanças forem aprovadas na Câmara, o consumidor poderá ficar refém da concentração de marcas, produtos e serviços nas mãos de poucos grupos econômicos. "A lei em si é benéfica e fortalece o Cade, aumentando a agilidade no julgamento dos processos. Mas esses três pontos não trazem benefícios, muito pelo contrário", avalia a coordenadora Institucional da Pro Teste, Maria Inês Dolci. "A Pro Teste acredita na livre concorrência como instrumento de efetivação dos direitos dos consumidores. Quando existe competição, as empresas baixam os preços, melhoram a qualidade dos produtos e serviços e investem mais em inovação", defende.

O projeto cria ainda o que vem sendo chamado de "Super Cade", a partir da fusão da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça com o conselho, que passaria a ser gerido por um superintendente, com poderes maiores que os do atual presidente do órgão.

Desenvolvimento

O advogado Pierre Moreau, especialista em Direito Concorrencial, critica a estrutura do projeto que, para ele, está muito mais focado na punição do que no desenvolvimento das empresas brasileiras. "O Brasil carece de política pública de desenvolvimento. Hoje os diversos órgãos, cada um dentro de suas competências, acabam muito mais agindo como polícia do que na tentativa de ajudar a aprimorar os mecanismos de controle", avalia. Ele compara a atual estrutura do Cade, e a que está sendo discutida, com a existente em outros países. "Aqui é só punir, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, é punir e ajudar a desenvolver de forma adequada. O projeto dá poder de fiscalização, mas não de desenvolvimento", afirma.

O advogado relativiza as críticas às emendas do Senado, e avalia que a redução nas multas não é principal questão a ser discutida. "A proposta deveria tentar se adaptar ao atual estágio das empresas brasileiras. A lei atual protege as empresas de monopólios de empresas multinacionais instaladas aqui. Mas hoje as empresas nacionais são globais, estão crescendo. É preciso um olhar diferenciado", avalia.

Custo-benefício

Maria Inês, da Pro Teste, por sua vez, considera a questão o ponto central na defesa da concorrência. "As multas pesadas ajudam a coibir a formação de cartéis. Se forem reduzidas, em alguns casos, o lucro decorrente da concentração e formação de cartel pode ser mais vantajoso que a multa, tornando o descumprimento da lei uma opção economicamente vantajosa", alerta.

Procurado para comentar as mudanças propostas, o Cade informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que considera o assunto "relevante", mas informou que nenhum membro do conselho poderia se manifestar, pois estariam participando de um evento no Rio de Janeiro.

BCs alertam emergentes sobre riscos de aquecimento

27/06/2011- Gazeta do Povo

Países emergentes, como o Brasil, devem ficar atentos aos riscos potenciais do crescimento econômico, cuja euforia pode ser seguida de laxismo, descontrole fiscal, crise financeira e recessão, a exemplo do cenário que hoje afeta países desenvolvidos da Europa. A advertência foi feita em relatório distribuído ontem, em Basileia, na Suíça, pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o fórum de deliberações dos presidentes de bancos centrais de mais de 30 países do mundo. Segundo a instituição, as economias em ritmo acelerado de desenvolvimento apresentam sintomas semelhantes ao período pré-crise na Irlanda, Espanha e Reino Unido.

Para o BIS, o momento deve ser de cautela para as economias emergentes, apesar dos altos índices de crescimento e da euforia que os acompanha. "As economias de mercado emergentes escaparam da última crise", constata a instituição. "Agora precisam tomar nota daquela que é provavelmente a lição mais importante: é melhor prevenir do que remediar. Assim, poderão evitar sua própria crise."

Inflação

Os técnicos da instituição alertam que o mundo emergente começa a verificar desequilíbrios macroeconômicos que precisam ser enfrentados. O primeiro deles diz respeito às pressões inflacionárias, que se verificam em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. Para tanto, o BIS sugere que os bancos centrais iniciem desde já um processo de endurecimento das políticas monetárias, elevando os juros e mantendo a flexibilidade das taxas de câmbio. Para evitar surpresas, o BIS recomenda a redução do ritmo de crescimento. "Bancos centrais devem estar preparados para elevar suas taxas de juros", diz a instituição, advertindo para o preço elevado das commodities e para o superaquecimento da economia. "As pressões inflacionárias globais estão crescendo."

Outro motivo de preocupação em relação aos emergentes é a comparação com países em crise. Segundo o BIS, um exemplo concreto é o mercado imobiliário. Entre 2002 e 2006, lembra o relatório, o preço médio dos imóveis subiu 15% na Espanha, 11,1% no Reino Unido e 10,2% na Irlanda – países hoje em crise ou com baixo crescimento do PIB. No período seguinte, entre 2006 e 2010, o preço médio dos imóveis na China aumentou 11,3%. Também o crescimento do crédito preocupa pela semelhança. Enquanto no Brasil o aumento foi de 24,7% e na China, de 20,2% entre 2006 e 2010, na Irlanda e na Espanha a taxa de crescimento havia girado em torno dos 20% entre 2002 e 2006.

Regulação

Além de analisar a conjuntura macroeconômica, o BIS também deliberou neste fim de semana sobre a regulação do sistema financeiro internacional. O BIS e o grupo de presidentes e supervisores financeiros (GHOS) definiram que um grupo de pelo menos 30 instituições financeiras consideradas "grandes demais para falir" – por representarem riscos sistêmicos – deverão dispor de mais fundos próprios (o core capital) do que as demais instituições enquadradas pelas novas normas do acordo de Basileia 3, que será implementado entre 2013 e 2019.

Previdência dos servidores tem déficit de R\$ 16,8 bi

27/06/2011- Gazeta do Povo

O déficit da previdência dos servidores públicos civis e militares superou em R\$ 1,5 bilhão o rombo do **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. Nos primeiros quatro meses do ano, as despesas do governo federal com pagamento de aposentadorias e pensões a cerca de 1 milhão de servidores ultrapassaram as receitas arrecadadas em R\$ 16,8 bilhões, valor que foi coberto pelo **Tesouro Nacional**.

A estimativa do governo é de que o saldo negativo dos servidores públicos chegue a R\$ 51,5 bilhões no acumulado até dezembro, ligeiramente acima do valor apurado em 2010 (R\$ 51,2 bilhões). Mas com o aumento de 10,3% do rombo da previdência do funcionalismo somente nos primeiros meses deste ano, a tendência é de que o saldo negativo anual seja superior ao previsto.

Os dados dos servidores públicos, que constam do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Tesouro, sempre são alvo de críticas por seguirem uma tendência crescente e superarem o que é desembolsado pelo governo para cobrir o saldo negativo do INSS que paga mensalmente cerca de 26 milhões de benefícios.

No acumulado de janeiro a abril, o rombo do INSS foi de R\$ 15,3 bilhões, segundo levantamento divulgado pelo **Ministério da Previdência Social**.

Ao contrário do que ocorre no regime previdenciário do servidor público, o sucessivo recorde de criação de empregos formais interrompeu o crescimento do déficit do INSS, que caiu 17,2% nos quatro primeiros meses do ano. A previsão do secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim, é que o déficit acumulado em 2011 atinja, no máximo, R\$ 40 bilhões.

Complementar

Pelo menos, por enquanto, a única alteração que o governo se comprometeu a priorizar foi a criação do fundo de previdência complementar para os servidores públicos.

O **ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho**, tem dito que o fundo é uma das saídas para conter os elevados gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões para os servidores.

O projeto de lei de criação do fundo, que está parado na Câmara dos Deputados desde 2007, fixa um teto de aposentadoria - hoje inexistente para os servidores - equivalente ao do INSS, que é de R\$ 3.689,66. Quem quiser receber uma aposentadoria maior que esse valor teria que contribuir para o fundo complementar. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Exportação argentina é recorde em maio, mas saldo cai

27/06/2011- Gazeta do Povo

O ritmo de crescimento das importações foi superior e chegou a 39%, resultando em US\$ 6,36 bilhões

As **exportações argentinas** bateram recorde em maio, mas o superávit comercial do país continua caindo. Conforme dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), as exportações alcançaram US\$ 8,04 bilhões, alta de 24% na comparação com igual período de 2010. Foi o maior valor na série histórica para esse mês. No entanto, o ritmo de crescimento das importações foi superior e chegou a 39%, resultando em US\$ 6,36 bilhões. O saldo comercial argentino de US\$ 1,68 bilhão no mês passado ficou 12,8% abaixo do verificado em maio do ano passado.

A tendência de queda do saldo da balança comercial levou ainda em fevereiro o governo argentino a endurecer as barreiras contra as importações, afetando especialmente as exportações brasileiras para este mercado.

Os US\$ 12 bilhões de superávit registrados em 2010 devem cair para cerca de US\$ 9 bilhões este ano, conforme projeções de analistas privados. Na semana passada, a **presidente Cristina Kirchner** havia antecipado que, nos primeiros cinco meses de 2011 o superávit comercial foi de US\$ 4,76 bilhões, 21% abaixo do registrado em igual período de 2010.

Em cidade onde falta terreno, quem tem estacionamento é rei

27/06/2011- Gazeta do Povo

Os estacionamentos privados são uma das últimas fronteiras imobiliárias na região central de Curitiba e as ofertas das construtoras pelos terrenos não param de subir. O valor oferecido hoje é pelo menos quatro vezes maior que há três anos: enquanto em 2008 o preço do metro quadrado da área de um estacionamento não chegava a R\$ 1 mil, atualmente a proposta pode ultrapassar facilmente os R\$ 4 mil por metro quadrado.

Para convencer os proprietários a fechar o negócio, as incorporadoras oferecem verdadeiras fortunas para realizar seus empreendimentos. Em um estacionamento na região da Praça Carlos Gomes, no Centro de Curitiba, por exemplo, o terreno de 1,5 mil metros quadrados foi vendido, segundo funcionários, por R\$ 5,5 milhões – cerca de R\$ 3,7 mil o metro quadrado. A área ao lado, onde funciona outro estacionamento, foi comprada por R\$ 2,5 milhões. No local deve ser erguida uma torre de 30 andares, com cerca de 400 apartamentos residenciais.

Pagamento pode incluir posse de novo estacionamento

As aquisições de terrenos de estacionamentos podem ser pagas de diversas maneiras. Quando o proprietário recebe o valor correspondente em apartamentos, a transação é chamada de "permuta total". Uma das formas mais comuns, porém, é o dono do estacionamento receber uma parte em dinheiro e outra em área construída, mas há ainda a possibilidade de os proprietários ficarem com o estacionamento dos futuros prédios comerciais, para serem explorados comercialmente.

“Os estacionamentos de Curitiba cobram um valor muito baixo pela hora e pelas taxas mensais. Por essa razão, a rentabilidade do estabelecimento muitas vezes não faz frente às propostas das construtoras e é mais vantajoso vender o terreno ou participar da incorporação. Mas, depois de um período, quando houver menos estacionamentos, o valor deve se estabilizar em um patamar mais alto. Aí haverá um balanço entre a rentabilidade e as propostas das incorporadoras, que podem deixar de valer a pena”, explica Guilherme Vialle, diretor de incorporações da VCG.

A valorização dos terrenos acompanha o ganho de preço do metro quadrado construído no Centro de Curitiba. De acordo com a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (Ademi-PR), o preço do metro quadrado total de um apartamento de dois quartos no Centro da capital passou de R\$ 2.371 em 2010 para R\$ 2.864 neste ano – uma alta de 20%. O preço da área privativa do mesmo apartamento teve aumento de 10%, passando de R\$ 4.375 para R\$ 4.854. Mas foi o apartamento de um quarto que teve a maior valorização no Centro da cidade: o metro quadrado da área privativa passou de R\$ 3.711 para R\$ 4.552, alta de 23%.

Devido aos valores cobrados pelo metro quadrado da área construída, o presidente da Ademi-PR, Gustavo Selig, acredita que o preço pago aos estacionamentos da região central está sofrendo uma valorização especulativa. “A compra de estacionamentos é uma tendência nas grandes cidades, por causa da facilidade do fechamento do negócio, já que o terreno está livre e não há necessidade de demolir construções mais antigas para dar espaço. Porém, este preço exercido pelas construtoras apresenta uma falsa valorização, que é prejudicial ao mercado. Não há como pagar tão caro pelo terreno, porque não vale a pena”, ressalva Selig.

Luiz Valdir Nardelli, vice-presidente de Administração de Imóveis do Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (Secovi-PR), avalia que apenas os estacionamentos com grandes áreas devem continuar a receber ofertas. “As incorporadoras têm um orçamento bastante justo e só vão comprar áreas que realmente apresentam interesse. Além disso, as construtoras só irão pagar o valor de mercado, nada mais do que isso”, ressalta. (JPS)

A forte valorização dos terrenos de estacionamentos ocorreu nos últimos três anos. Em 2008, uma reportagem da Gazeta do Povo mostrou que um estabelecimento de 2 mil metros quadrados na Avenida Marechal Floriano Peixoto, também no Centro da capital, havia recebido uma proposta de R\$ 1,7 milhão – na época, o metro quadrado estava na faixa de R\$ 850, quase 25% do valor pago na negociação fechada recentemente na mesma região.

Disputa

Apesar do alto valor pago, analistas do mercado imobiliário informam que as propostas podem ser muito maiores, variando de acordo com o potencial do terreno. “Como a oferta de terrenos está bastante reduzida, estes terrenos têm se valorizado cada vez mais. Por isso a disputa entre as construtoras está muito grande. Em terrenos mais nobres, já chegamos a pagar R\$ 7,5 mil pelo metro quadrado”, revela Guilherme Vialle, diretor de incorporações da VCG, que já adquiriu dois estacionamentos para construir edifícios comerciais e residenciais.

Um dos empreendimentos da incorporadora, no bairro Batel, será um prédio residencial de dez andares com 18 apartamentos de 120 m². O terreno, onde funcionava um antigo estacionamento, foi comprado há um ano e o preço do metro quadrado foi de R\$ 2,5 mil. O outro prédio, no bairro Água Verde, terá 14 andares

com salas comerciais que variam de 50 a 500 m². A VCG comprou o terreno há dois anos e o preço do metro quadrado também foi de R\$ 2,5 mil. "Neste período a valorização média dos terrenos ficou entre 40% e 50%", ressalta Vialle.

Prédios comerciais

Atualmente o Centro de Curitiba tem 433 estacionamentos privados e a maioria deles apresenta alguma vantagem às incorporadoras. "Esses estabelecimentos têm um potencial muito bom de terreno disponível e geralmente estão muito bem localizados, próximos de áreas com grande fluxo de pessoas. Esses fatores são muito requisitados pelas construtoras", avalia Marcos Kahtalian, consultor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (Sinduscon-PR).

Uma das principais razões para o avanço das construtoras sobre os estacionamentos é a baixa oferta de prédios comerciais em Curitiba. "Na cidade as salas comerciais estão em imóveis mais velhos, há poucos prédios novos para as salas comerciais. Hoje é possível ver conjuntos comerciais vazios, mas isso acontece porque são velhos. Os novos têm uma procura muito grande. Mesmo assim, o Centro ainda demanda novos lançamentos comerciais", analisa Luiz Valdir Nardelli, vice-presidente de Administração de Imóveis do Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (Secovi-PR).

Essa baixa oferta de empreendimentos, porém, tem hora para acabar, segundo Kahtalian. "No momento atual há poucos imóveis comerciais, mas as construções realizadas agora devem estabilizar o mercado em dois anos", salienta o consultor do Sinduscon-PR.

Deixar o carro no Centro já está mais caro

A diminuição de vagas em estacionamentos privados começa a dar sinais de que os motoristas que vão ao Centro de Curitiba devem encontrar preços cada vez mais salgados para deixar os seus carros. Na mesma quadra do estacionamento vendido por R\$ 5,5 milhões, há outros três estabelecimentos que hoje cobram pela hora entre R\$ 5 e R\$ 7 – o dobro do cobrado há três anos, quando a média da primeira hora era de R\$ 3, segundo o Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado do Paraná (Sindepark-PR). O reajuste supera de longe a inflação oficial – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a alta dos preços no mesmo período foi de 19,4%.

Apesar da alta nos últimos anos, os motoristas podem esperar preços ainda maiores no futuro. No caso do estacionamento vendido na região central, os concorrentes já sugerem um aumento do valor cobrado pela hora assim que a obra começar. "Quando [o estacionamento vendido] parar de funcionar, o preço [dos demais] vai subir com certeza", garante um funcionário.

Alternativas

Como a quantidade de vagas tende a diminuir e o valor deve aumentar, uma alternativa para o motorista que não quer se estressar procurando um estacionamento será deixar o carro em casa e procurar soluções alternativas. O movimento viria ao encontro das ações da Prefeitura de Curitiba, que planeja dar mais

espaço para os pedestres na região central. A exemplo do Calçadão da XV de Novembro, há o projeto de transformação da Avenida Cândido de Abreu em um espaço destinado para os pedestres. "Esta é uma tendência em grandes cidades: o centro se torna um lugar para o pedestre, porque as construções tendem a se concentrar na região central. Os espaços para deixar os carros vão diminuindo e, com isso, as pessoas podem cada vez mais caminhar pelo centro", analisa Luciano Tomazini, um dos diretores da Rede Imóveis, associação que reúne 12 das principais imobiliárias de Curitiba.

Em contrapartida, a quantidade de vagas do EstaR, sistema rotativo de estacionamento nas ruas da capital, tem aumentado ano a ano. Segundo a Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs), em 2006 eram 6,8 mil vagas, enquanto neste ano são 10,4 mil. Há ainda outras 3,5 mil vagas para veículos não pagantes, como motos, táxis e ambulâncias. (JPS)

Governo estuda revitalização do terminal portuário de Antonina

27/06/2011- O Estado do Paraná

A Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná estuda ações para a revitalização do terminal portuário de Antonina, no litoral. Entre outras medidas, está prevista a construção de mais 140 metros de cais no terminal público Barão de Teffé, informou o secretário José Richa Filho.

Segundo ele, também estão previstos investimentos para a construção de um novo armazém, e mais a pavimentação da área retroportuária, atualmente com 391.768 metros quadrados. "Os investimentos que o pré-sal trará para o litoral brasileiro são um grande motivador para que o planejamento viário seja um facilitador e indutor de novos empreendimentos no litoral paranaense, resgatando para Antonina a importância histórica que o município teve na economia estadual", acrescentou o secretário.

Desde 1994, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina arrendou para a iniciativa privada a área denominada Ponta do Félix, nas proximidades do cais Barão de Teffé, sentido Paranaguá. O terminal foi destinado para a construção, ampliação e exploração de instalações portuárias visando operações de carga e descarga de produtos congelados e afins. A área abriga na atualidade os Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. (TPPF).

Além de congelados, são movimentados no local açúcar e fertilizantes. Desde o início deste ano foram movimentadas 600 mil toneladas. "Para aumentar a produção nos terminais público e privado em Antonina, precisamos investir na infraestrutura e superestrutura portuária, e manter em condições de trafegabilidade os acessos rodoviário, ferroviário e marítimo", disse José Richa Filho.

Importância Histórica

O Porto de Antonina teve grande importância econômica no século XIX e já no século XX movimentou expressivo volume de erva-mate e madeira. No início do mesmo século, o terminal abrigou o complexo industrial e portuário da família Matarazzo. Na

época, foi construído o ramal até a estação ferroviária de Antonina. A partir dos anos sessenta, começou o decréscimo de movimentação de mercadorias com os exportadores encerrando suas atividades. A inauguração da BR-277, em 1968, aumentou a preferência pelo Porto de Paranaguá.

TRT: trabalhadores da Bosch encerram greve com acordo

27/06/2011- O Estado do Paraná

A montadora Bosch com sede em Curitiba fechou acordo com os metalúrgicos da empresa no início da tarde desta sexta-feira (24), em reunião realizada no Tribunal Regional do Trabalho da capital paranaense. O segundo turno dos funcionários deve voltar ao trabalho ainda na tarde desta sexta.

O acordo saiu depois de oito dias de greve dos trabalhadores, que optaram pela paralisação em função das divergências sobre o valor a ser pago pela participação dos lucros e resultados (PLR). Durante a reunião de hoje, os dois lados concordaram com o pagamento da PLR de R\$ 6,5 mil para 100% das metas atingidas, com primeira parcela de R\$ 5,2 mil a ser paga no próximo dia 1º de julho.

O valor acordado ficou bem abaixo da reivindicação do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, que era de uma PLR de R\$ 9 mil. Uma assembleia informativa da categoria foi marcada pelo sindicato para início da manhã da próxima segunda-feira (27).

Ficou acordado que a compensação dos dias parados seria feita da seguinte forma: Das 40 horas que foram deixadas de trabalhar serão compensadas apenas 30 horas. A compensação não poderá ser realizada aos domingos e feriados e ficará limitada a quatro horas por mês.

Semana do Empreendedor Individual incentiva a formalização

27/06/2011- O Estado do Paraná

O Sebrae/PR realiza, de segunda-feira (27) a 2 de julho, a terceira edição da Semana do Empreendedor Individual, uma iniciativa do Sebrae Nacional em todo o Brasil. O evento ocorre simultaneamente nas capitais e principais municípios do País, sempre em locais de grande circulação. No Paraná, além de Curitiba, a semana vai ocorrer nos municípios de Pato Branco, Maringá, Londrina e Cascavel.

A proposta desta edição é apoiar a sustentabilidade dos empreendedores formalizados e incentivar a formalização de novos empreendedores. A programação prevê atendimentos gratuitos para o esclarecimento de dúvidas de futuros empreendedores individuais e dos já constituídos, consultorias nas áreas de Recursos Humanos, Finanças, Vendas e Marketing e palestras sobre temas que vão desde a gestão de negócios à orientação tributária.

Equipes de consultores do Sebrae/PR vão prestar informações e auxiliar empreendedores no processo de formalização, tirando dúvidas sobre obtenção de alvarás, benefícios previdenciários, linhas de crédito disponíveis e exclusivas para empreendedores individuais e responsabilidades do empreendedor individual, após a formalização. O Paraná tem hoje mais de 64 mil empreendedores individuais.

O objetivo da Semana do Empreendedor Individual é promover a inclusão empresarial e a orientação dos empresários formalizados, a fim de que obtenham melhores resultados em seus empreendimentos.

A ideia é conscientizar o empreendedor de que não basta apenas formalizar-se, mas que é necessário buscar aprimoramento para ampliar os rendimentos dos negócios e ter sucesso nas atividades. O objetivo é repassar informações que os ajudem a sobreviver no mercado.

O evento visa orientar os empreendedores informais sobre os benefícios da legalização. A previsão é que mais de 10 mil pessoas sejam beneficiadas, em todo o Estado, com a Semana do Empreendedor Individual. Muitos empreendedores ainda desconhecem as vantagens da formalização. A ação é importante porque dissemina a informação e permite que mais pessoas possam usufruir da legislação.

É considerado empreendedor individual o autônomo ou informal que ganha até R\$ 36 mil por ano e que tenha, no máximo, um empregado. A inscrição do Empreendedor Individual é gratuita e deve ser realizada por meio do Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.com.br).

Benefícios

Quem se formaliza, além dos registros no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), na Junta Comercial e na Previdência Social, também vai usufruir de vantagens previdenciárias como aposentadoria, auxílio-doença e auxílio-maternidade.

Com o CNPJ e a possibilidade de poder emitir nota fiscal, o empreendedor individual tem a oportunidade de conquistar novos clientes e mercados participando, por exemplo, de licitações ou das chamadas dispensas de licitação.

Informais que queiram formalizar sua atividade durante a Semana do Empreendedor Individual devem levar a Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o Carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Mais informações sobre a programação e locais de atendimento da Semana do Empreendedor Individual podem ser obtidas junto à Central de Atendimento do Sebrae/PR, no 0800-570-0800.

No Paraná, a Semana do Empreendedor Individual é uma realização do Sebrae/PR em parceria com prefeituras municipais, entidades empresariais, Sescap-PR, sindicatos contábeis e Previdência Social. As duas primeiras edições da Semana do Empreendedor Individual aconteceram em 2010.

Fabricantes de medidores de energia e placas-mãe ganham benefício fiscal

27/06/2011- O Estado do Paraná

Indústrias paranaenses que fabricam medidores de energia e placas-mãe para computadores poderão usufruir de regime diferenciado para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Uma medida da secretaria Estadual da

Fazenda estabeleceu que indústrias que atuam nos dois ramos terão direito a crédito presumido para pagamento do imposto. Com isso, a alíquota máxima para os segmentos industriais fica em 3%.

A iniciativa da secretaria tem como objetivo garantir a competitividade do setor frente a concorrentes instalados em outros estados do País. Uma das empresas beneficiadas pela medida é a Visum, que atua na terceirização de montagem de placas e componentes eletrônicos. A indústria investiu R\$ 8 milhões para aumentar a produção nas unidades de Curitiba, onde vai inaugurar uma nova sede e gerar 500 empregos, e outros R\$ 3,5 milhões na fábrica localizada em Pato Branco.

Em Pato Branco, onde atua desde junho de 2009, a Visum fabrica componentes eletrônicos e garante cerca de mil empregos. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do município, Júlio Lattmann, a empresa é um marco importante na implantação do parque tecnológico local, porque está contribuindo para a atração de novas indústrias.

Uma das novas empresas que acaba de se instalar na cidade é a Movix, que produz os navegadores. "Os benefícios fiscais concedidos para esta região estão fazendo a diferença", explica Lattmann.

Patrões preveem "ruína financeira" se aviso prévio mudar

27/06/2011- O Estado do Paraná

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de fixar uma fórmula de pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de trabalho para as pessoas que forem demitidas sem justa causa desagradou a representantes do setor privado. Empresários alegam que a medida vai elevar os custos e poderá levar as companhias à "ruína financeira".

"Acompanhamos o julgamento com preocupação porque aumentar esse custo para o empregador pode inviabilizar os negócios principalmente das pequenas empresas", alega o superintendente e gerente jurídico da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), André Pellizzaro.

Na quarta-feira (22), o STF julgou procedente os pedidos de quatro ex-funcionários da mineradora Vale que desejam receber um pagamento proporcional ao tempo de trabalho na empresa. No entanto, os ministros do Supremo não chegaram a um consenso sobre a fórmula a ser aplicada sobre o piso atual de 30 dias, definido na Constituição. O novo cálculo - que deve ser fechado no segundo semestre do ano - deverá ser usado pelo tribunal em novos julgamentos dessa natureza, ao menos até a aprovação de um dos 49 projetos sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional.

"Normalmente uma empresa só chega a essa medida extrema, da demissão sem justa causa, quando passa por dificuldades financeiras. Mas, se o custo ficar ainda maior, muitas firmas terão que fechar as portas, prejudicando assim ainda mais trabalhadores", alerta Pellizzaro.

Alternativas

Entre as propostas defendidas pelos membros do STF, a que mais onera os patrões foi sugerida pelo ministro Marco Aurélio e estipula o pagamento de dez dias de remuneração para cada ano trabalhado na empresa, respeitando-se o piso de 30 dias. Ou seja, um empregado demitido sem justa causa após 30 anos de serviços prestados

a uma companhia teria direito a receber o equivalente a 300 dias de salário. Outra alternativa, defendida pelo presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, reduz pela metade o valor pago, para 5 dias a cada ano.

Essas propostas, porém, foram consideradas pesadas demais por alguns membros da própria Corte. Entre as outras alternativas, está o pagamento de um salário para cada seis anos de trabalho, ou ainda o pagamento equivalente a 60 dias para trabalhadores demitidos após dez anos em uma mesma empresa.

Insegurança

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, considera que qualquer adicional ao piso pago atualmente traria insegurança aos negócios e aos próprios trabalhadores, uma vez que as empresas não se planejaram financeiramente para arcar com esse custo. "Estamos preocupados, pois a decisão poderá causar expressivo impacto econômico para quem gera empregos formais. Fica a dúvida, por exemplo, se quanto maior a estabilidade e longevidade de funcionários de uma empresa, maior o passivo que ela terá acumulado sem ter previsto", questiona Andrade.

Como a decisão final ainda não foi tomada pelo STF, o empresário confia na manutenção da regra atual, pelo menos até que o tema possa ser debatido adequadamente no Congresso Nacional, com a participação dos representantes de empregadores e trabalhadores. "Temos confiança que o Supremo, com sua preocupação de guardar a própria segurança jurídica, avaliará que as empresas atuaram e fazem seus investimentos dentro das regras vigentes. Não é razoável imputá-las custos não previstos", completa o presidente da CNI. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Empresários podem personalizar perfil na Vitrine do Exportador

27/06/2011- O Estado do Paraná

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) lançará, em julho, a nova versão do site www.vitrinedoexportador.com.br, as novidades da futura página, haverá uma ferramenta que permitirá montar um perfil (vitrine virtual) personalizado do exportador, em que poderão ser incluídos fotos, vídeos, dados comerciais, geolocalização e texto sobre a empresa.

O acesso para construção desta vitrine virtual será por senha individualizada, em ambiente seguro, administrado pela equipe da Vitrine do Exportador. Todos os serviços serão gratuitos, inclusive a tradução de conteúdo para os idiomas inglês e espanhol.

Haverá também um espaço de marketplace, em que importadores estrangeiros poderão estabelecer contatos com empresas brasileiras habilitadas. Outra vantagem é que a base de informações terá atualização mensal de novos exportadores, uma vez que estará interligada aos sistemas estatísticos da Secex. Empresas ainda não exportadoras também poderão participar, mediante solicitação de adesão.

Para facilitar a identificação dos exportadores brasileiros, as pesquisas na página poderão ser feitas por produto, em código Sistema Harmonizado de Seis Dígitos (SH-6) ou nome da mercadoria, por setor de atividade, ou ainda por região de destino,

como, por exemplo: América do Sul, Ásia, África, União Europeia, etc., com possibilidade de cruzamento destes dados. Haverá também um módulo de pesquisa por nome de empresa.

Contatos

Os empresários interessados em montar o perfil já podem entrar no sistema www.mdic.gov.br/falaexportador, selecionando o assunto 'Vitrine do Exportador', e informar o nome da empresa, telefone, e-mail e nome de contato. Posteriormente, os empresários serão contatados pela Secex e receberão a senha para acessar e montar o perfil. Caso a empresa não queira participar da Vitrine do Exportador, basta também comunicar pela mesma via. Para mais informações, é possível falar com integrantes da equipe da Vitrine do Exportador nos telefones (61) 2027-7422/7343/7196, em horário comercial, ou ainda encaminhar mensagem por vitrinedoexportador@mdic.gov.br.

Atualização

A atualização da Vitrine do Exportador integra as ações do Projeto de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas (PAIIPME), firmado entre o governo brasileiro e a União Europeia. A página tem por finalidade oferecer maior visibilidade às empresas exportadoras brasileiras e seus produtos no concorrido mercado global.

Disponibilizada nos idiomas português, inglês e espanhol, esta nova versão está sendo criada em padrões tecnológicos e visuais inovadores, com recursos mais atrativos e funcionalidades para possibilitar maior interatividade com o usuário.

Benefício fiscal garante competitividade a indústrias no PR

27/06/2011- O Estado do Paraná

Indústrias paranaenses que fabricam medidores de energia e placas-mãe para computadores poderão usufruir de regime diferenciado para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Uma medida da secretaria estadual da Fazenda estabeleceu que indústrias que atuam nos dois ramos terão direito a crédito presumido para pagamento do imposto. Com isso, a alíquota máxima para os segmentos industriais fica em 3%.

A iniciativa da secretaria tem como objetivo garantir a competitividade do setor frente a concorrentes instalados em outros estados do País. Uma das empresas beneficiadas pela medida é a Visum, que atua na terceirização de montagem de placas e componentes eletrônicos. A indústria investiu R\$ 8 milhões para aumentar a produção nas unidades de Curitiba, onde vai inaugurar uma nova sede e gerar 500 empregos, e outros R\$ 3,5 milhões na fábrica localizada em Pato Branco.

Em Pato Branco, onde atua desde junho de 2009, a Visum fabrica componentes eletrônicos e garante cerca de mil empregos. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do município, Júlio Lattmann, a empresa é um marco importante na implantação do parque tecnológico local, porque está contribuindo para a atração de novas indústrias.

Uma das novas empresas que acaba de se instalar na cidade é a Movix, que produz os

navegadores. "Os benefícios fiscais concedidos para esta região estão fazendo a diferença", explica Lattmann.

Aston Martin tenta reduzir sua dependência da Ford

27/06/2011- Valor Econômico

A Aston Martin está consultando parceiros em potencial para trabalhar em cooperação em motores e outros recursos tecnológicos, na tentativa de reduzir sua dependência da Ford. A montadora de carros esportivos do Kuwait, sediada no Reino Unido, contactou a Daimler e outras empresas automobilísticas alemãs de primeira linha nos últimos meses sobre cooperação em motores e em outras áreas, como tecnologia de segurança, segundo duas pessoas familiarizadas com a Aston Martin.

A Ford, que controlou a Aston Martin até 2007, fabrica motores V8 e V12 para a montadora em sua unidade em Colônia, na Alemanha, segundo os termos de um acordo que expira em 2013. A montadora americana não usa nenhum motor desse porte em seus veículos destinados à Europa, por isso as sinergias com a divisão são mínimas. A Ford preferiu não comentar sobre as relações de fornecedora com a empresa britânica.

O acordo de fornecimento foi parte do contrato, de 479 milhões de libras esterlinas, pelo qual a Aston Martin foi vendida para um consórcio encabeçado pela Investment Dar. A Ford tem acordos semelhantes com a Jaguar Land Rover e a Volvo, suas outras antigas marcas europeias.

A Daimler é considerada a parceira mais provável para a Aston Martin, em vista dos vínculos já existentes entre as duas empresas. Executivos do setor disseram ao "Financial Times", no ano passado, que as duas companhias estavam estudando um acordo segundo o qual a Aston Martin montaria a próxima geração dos carros, pouco vendidos, da submarca Maybach da Daimler, em troca de tecnologia em motores.

A Aston Martin disse que seu relacionamento com a Daimler remonta a 2009, quando ela construiu seu carro conceito Lagonda com o emprego da plataforma do GL da Mercedes. A Daimler também optou por não comentar.

Na semana passada a Aston Martin fechou oferta de 304 milhões de libras esterlinas em bônus que, segundo Ulrich Bez, seu principal executivo, proporcionará "alicerces financeiros de longo prazo... num momento em que ingressamos numa nova fase de crescimento".

Em seu prospecto da oferta, a Aston Martin arrolou, entre os "fatores de risco", sua dependência de um número restrito de fornecedores chave, principalmente a Ford e a Toyota, que a abastece com o automóvel iQ que é a base de seu subcompacto Cygnet.

No documento, a Aston Martin disse também estar em conversações com a Ford com vistas a um novo acordo de fornecimento, mas que não há qualquer garantia de que ela consiga firmá-lo, ou que possa fazê-lo a um preço aceitável.

Se a empresa não puder continuar a ser abastecida de motores pela Ford, ela terá de "procurar outro fornecedor de motores ou expandir as operações de produção

industrial de modo a montarmos motores nós mesmos", disse. A Jaguar também está estuda produzir motores, depois de seus acordos com a Ford expirarem, esta década.

Mais enxuto, BC reforma suas diretorias em busca de eficiência

27/06/2011- Valor Econômico

Com o objetivo de aumentar a eficiência, em meio à redução do quadro de funcionários e de aperto fiscal em todo o governo, o Banco Central (BC) concluiu uma ampla reformulação nas suas diretorias responsáveis pela estabilidade do sistema financeiro.

A intenção que cada área da autoridade monetária fique responsável apenas por uma etapa da supervisão, eliminando as sobreposições que existiam anteriormente e ampliando o foco de cada departamento do BC. A redução de gastos também é um fator importante nesse momento, afirma Altamir Lopes, diretor de administração do Banco Central.

"As instituições são dinâmicas e de tempos em tempos é preciso aprimorar a estrutura organizacional, principalmente em momentos de recursos mais escassos em que você precisa de fato otimizar. O ponto principal é a racionalização de recursos."

Ele cita como exemplo a diretoria de normas, que cuidava da regulação do sistema financeiro, mas sem olhar, por exemplo, para a parte cambial, que estava na diretoria de assuntos internacionais. Com a reestruturação, criou-se uma nova diretoria, chamada de regulação do sistema financeiro (Dinor), que incorporou os departamentos de normas e de câmbio, passando a responder por toda a normatização publicada pelo BC.

"Havia duas áreas que tinham extenso conhecimento sobre normas, mas não havia complementariedade. À medida que juntamos esses processos, ganhamos sinergia", diz Lopes, sem quantificar esses ganhos.

Outra alteração profunda aconteceu na área de liquidação, que agora fica responsável por toda a organização do sistema financeiro, sob o nome de diretoria de organização do sistema financeiro e controle de operações do crédito rural (Diorf).

A Diorf foi criada para ser responsável por todos os processos administrativos e punitivos relacionados a instituições financeiras, desde o pedido de funcionamento até uma eventual intervenção ou liquidação. A diretoria também será responsável pelos estudos de concentração bancária e de concorrência.

"Buscou-se deixar essas funções sob um mesmo olhar, desde a autorização para uma instituições financeira funcionar até quando essa instituição eventualmente entra em processo de administração temporária, por exemplo", afirma o diretor.

Os processos administrativos antes estavam a cargo da diretoria de fiscalização (Difis), que agora pode se concentrar apenas no monitoramento do sistema. Caso seja identificado algum problema, a diretoria de fiscalização instaura o processo, mas o repassa à diretoria de organização do sistema financeiro.

Dessa forma, a supervisão bancária ficará a cargo de três diretorias: organização do sistema financeiro, fiscalização e regulação. "Buscou-se estudar os processos de trabalho e eliminar redundância. Havia muita redundância e muito retrabalho."

Essa opção por um enxugamento dos processos internos do BC está ligada, também, a uma nova realidade da autoridade monetária, de encolhimento do quadro de funcionários. Somente neste ano, mais de 200 pessoas se aposentaram e até 2014 está prevista a saída de quase um terço dos 4,65 mil servidores.

Segundo Lopes, o BC tinha um planejamento para realizar concursos anuais, entre 2008 e 2013, para repor as mais de 1,5 mil aposentadorias esperadas nesse período. A ideia era manter o quadro com 5 mil pessoas. Desde então, no entanto, foi realizado um único concurso. "É com essa perspectiva que temos que trabalhar, de racionalização de recursos. Essa vai ser a nossa realidade".

Ele garante, no entanto, que mesmo com as aposentadorias as áreas mais críticas não ficarão descobertas, como a fiscalização das instituições financeiras. "Hoje temos mais visibilidade, somos mais, digamos, internacionalizados e isso traz a necessidade de desenvolver mais trabalho, com mais eficiência. Mas a perspectiva é trabalhar com quadro mais enxuto".

Pargendler defende PEC dos Recursos

27/06/2011- Valor Econômico

A proposta de executar as decisões judiciais após o julgamento de segunda instância rachou ao meio o mundo jurídico. Entidades de advogados, como a OAB, são contrárias. Já associações de magistrados, como a dos juízes federais (Ajufe) e a dos magistrados brasileiros (AMB), são favoráveis.

Em meio a essa polêmica, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, pensa num caminho intermediário. Para ele, a ideia conhecida como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Recursos, como apresentada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, é positiva, mas radical. Positiva porque enfrenta o dilema de como garantir o cumprimento das decisões e evitar, por exemplo, casos como o do jornalista Pimenta Neves, que ficou solto mesmo condenado por homicídio - pois esperava o julgamento de um recurso pela última instância, o STF. "Mas é uma solução tão radical que os juízes seriam obrigados a descumprir a Constituição", advertiu Pargendler, referindo-se ao fato de uma decisão ser executada enquanto ainda cabe recurso.

Em entrevista ao **Valor**, Pargendler fugiu do senso comum ao dizer que o Supremo não está no caminho de se transformar numa Corte Constitucional, pois ainda julga muitos casos penais, e não apenas grandes questões do país. Ele explicou como o STJ vota recursos em bloco, "com juízes assinando mais decisões do que poderiam ler". O ministro também criticou o mecanismo de escolha de novos ministros para a Corte. "Aqui é tipo uma Academia Brasileira de Letras", afirmou, referindo-se às articulações envolvidas nessas ocasiões.

Pargendler se disse contrário ao ativismo no Judiciário e comentou duas decisões do STJ que colocaram em xeque as operações Satiagraha e Castelo de Areia, da Polícia Federal. "Um processo ruim pode levar a decisões injustas", disse. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Qual a sua opinião sobre a PEC dos Recursos?*

Ari Pargendler : Não fui consultado. O ministro Peluso, que é amigo meu, não consultou nem os ministros do Supremo. Mas alguma coisa tem que ser feita. Acho

um mérito do ministro Peluso ter a ideia. Eu tenho 35 anos de magistratura federal, fui procurador da República e, antes, advogado. Se me perguntarem como se resolve, eu não sei.

Valor: *Qual seria a saída para a demora excessiva no cumprimento das decisões?*

Pargendler : Há uma tensão muito grande entre qualidade e efetividade. Se você quer um Judiciário com qualidade, perde em rapidez. Se você quer apenas rapidez, então a gente faz como em alguns países, onde primeiro se corta a mão e depois vê se a pessoa furtou ou não. A proposta do ministro Peluso é que haja um trânsito em julgado tão logo analisado o recurso na segunda instância. Nosso sistema foi feito para isso, atribuindo efeito meramente devolutivo ao recurso especial (ao STJ) e ao extraordinário (ao STF).

Valor: *Isso significa que já é possível executar as decisões partir da segunda instância?*

Pargendler : A ideia da instância extraordinária (os tribunais superiores) é dar uniformidade ao sistema jurídico. Esse recurso é feito no interesse do ordenamento jurídico. O particular (a pessoa ou empresa que recorreu) seria apenas o veículo pelo qual o interesse público se manifestaria. Então, não tendo efeito suspensivo, executaria-se a sentença de segunda instância e se aguardaria o posicionamento. Esse era o sistema, mas os advogados são muito criativos e algumas situações realmente são desesperadoras.

Valor: *Há um uso excessivo do mecanismo que suspende o cumprimento das decisões?*

Pargendler : O Supremo atribui efeito suspensivo em situações excepcionais. Mas os casos infraconstitucionais, que são os do dia a dia, dão origem a situações gritantes. Eu tive um caso em que alguém entrou com uma ação, após receber um empréstimo da Sudene, para cobrar R\$ 400 mil. No fim da ação, o Banco do Nordeste estava com ameaça de ter R\$ 11 milhões retirados de sua conta por ordem judicial. O que se faz? Dá-se o efeito suspensivo ao recurso especial (ao STJ) e se aguarda o julgamento. Nesse caso, julgou-se para dizer que quem estava devendo não era o Banco do Nordeste, era a empresa. A situação foi restabelecida de acordo com o direito. Houve um caso famoso em que um juiz mandou abrir um cofre do Banco do Brasil com maçarico. Também foi julgado um protesto de títulos de uma quantia insignificante e um banco foi condenado a pagar R\$ 500 mil de danos morais. Eu fui o relator do caso e a indenização foi reduzida para R\$ 20 mil.

Valor: *Esses casos mostram que o sistema atual funciona?*

Pargendler : O que estou dizendo é que já existem mecanismos para que as sentenças sejam executadas a partir da segunda instância. Acontece que, em algumas situações, se dá o efeito suspensivo contra a lei. Mas se dá porque é um absurdo.

Valor: *Então, a proposta do ministro Peluso não é eficaz?*

Pargendler : É que essa é uma solução tão radical, de atribuir força de coisa julgada (à decisão de segunda instância), que os juízes vão ser obrigados a contrariar a Constituição. Teria que haver uma válvula de escape para que circunstâncias excepcionais fossem minimizadas. Eu nunca fiz isso, mas teria que deferir uma medida contra a Constituição se alguém me aparecesse aqui dizendo: "Estão para retirar da minha conta R\$ 20 milhões". E a pessoa não tem idoneidade financeira.

Valor: *Qual seria a solução?*

Pargendler : Estou numa situação difícil, porque eu sei apontar o ponto fraco, mas não sei melhorar a proposta. Em relação ao recurso extraordinário (ao STF), o problema está muito reduzido, porque a Reforma do Judiciário trouxe grandes melhorias ao Supremo. Eles estão diminuindo drasticamente o estoque. O maior problema é aqui no STJ.

Valor: *Como solucionar o excesso de recursos no STJ?*

Pargendler : A segunda parte da Reforma do Judiciário previa a possibilidade de ser editada uma lei limitando os recursos para o STJ. Com isso, alguns temas não subiriam para cá. No meio dessa quantidade imensa de processos, muito poderia ser considerado lixo, porque repete questões que o tribunal já decidiu milhares de vezes. Causas de menor expressão poderiam ser incluídas nisso.

Valor: *O sistema de julgar recursos repetitivos ajudou?*

Pargendler : Ajudou demais. Quando o relator afeta o processo a esse regime, o tribunal fica aliviado de todos aqueles casos que subiriam e já não sobem, até que se resolva. E quando o STJ resolve, ele orienta o tribunal local. É um grande número de processos que não sobem. Mas há ainda uma grande quantidade de processos que não se repetem, e que são em número maior que a capacidade dos ministros de julgar a tempo. Por isso a necessidade de outra medida que impeça todos os recursos de subir.

Valor: *Que tipos de recurso poderiam subir?*

Pargendler : É uma questão muito difícil. Apenas temas de maior expressão subiriam.

Valor: *Advogados reclamam dos julgamentos em bloco, que são uma prática comum no STJ.*

Pargendler : Sou um ardoroso opositor da terceirização judicial. O erro não está no julgamento em bloco. Está em quem examinou o processo para colocar num bloco. Se eu olho todos os processos e digo "esses são iguais", ninguém vai se queixar. Agora, se eu colocar um que não é igual, o erro não é do julgamento em bloco. O erro é de quem colocou ele naquele bloco.

Valor: *Quem coloca?*

Pargendler : O que se diz, e pode-se imaginar isso em qualquer lugar, é que os juízes assinam mais decisões do que eles realmente podem ler.

Valor: *Quantos processos os ministros julgam por mês?*

Pargendler : Cheguei a pegar épocas no direito privado de 1,5 mil processos por mês, há três anos. Hoje baixou para uns 800, por causa dos recursos repetitivos. No limite do trabalho, um juiz aqui poderia ter 200 processos por mês. Mais que isso é insustentável. É uma situação perversa. Se ele não julgar, vão dizer que não trabalha. É um sistema em que ele precisa até terceirizar.

Valor: *O STF está se transformando num tribunal de grandes causas, numa Corte Constitucional?*

Pargendler : Eu não acho que o STF caminha para isso. Ao menos internamente. O STF tem outras atribuições e a mais manifesta é a de julgamento de causas criminais, que ocupam um tempo muito grande, na via do habeas corpus. Hoje, os recursos criminais são praticamente substituídos por habeas corpus.

Valor: *E para onde caminha o STJ?*

Pargendler : O STJ tem essa vocação constitucional de uniformizar a jurisprudência em matérias infraconstitucionais. Quem sabe, uma alteração na Constituição possa limitar sua competência para grandes questões federais. Mas eu acho que o STJ já encontrou seu destino. No Brasil se criou uma ideia, para mim sem sentido, de que entrar na Justiça é um exercício de cidadania. É difícil um brasileiro não ter uma ou mais ações na Justiça, algumas, talvez a maior parte, completamente infundada. Em outros países, é o contrário. Quem entra em juízo sabe que vai assumir uma grande responsabilidade em termos de despesas. Aqui a gente tem Justiça gratuita para quem precisa e para quem não precisa. Basta declarar que precisa da assistência judiciária.

Valor: *Como a Justiça deve atuar em questões de políticas públicas?*

Pargendler : Nós, juízes, temos que aplicar a lei. As políticas públicas são do Legislativo e do Executivo. O juiz tem que se abster de usurpar a competência dos outros. Como presidente do tribunal, todos os dias tenho que decidir a respeito de pedidos de suspensão de liminar e de segurança. Por exemplo: está faltando servidores no hospital. O juiz manda contratar. Isso não é seara para o Judiciário. Alguns juízes acham que têm conhecimento, enquanto quem está ali governando presumivelmente é quem conhece melhor os problemas. Como o juiz vai governar um município, um Estado, um país?

Valor: *Em duas decisões recentes, o STJ apontou problemas nas operações Satiagraha e Castelo de Areia, da Polícia Federal. O senhor acha que as ações da PF devem se adequar a critérios processuais ou essas são apenas minúcias e o que se deve é garantir o combate à corrupção?*

Pargendler : Em tese, posso dizer que o grau de uma civilização se mede pela evolução de seu processo, porque a ideia é a de que ninguém pode ser condenado injustamente. Um processo ruim leva a decisões erradas. Mas não posso me manifestar sobre o caso concreto.

Valor: *O STJ chegou a ficar com sete vagas abertas. Isso prejudicou o tribunal?*

Pargendler : Sim, porque a jurisprudência não pode vacilar. Com substitutos que, por natureza, são provisórios, há grande possibilidade de variação na jurisprudência.

Valor: *Este mês, a elaboração de uma lista para preencher duas vagas destinadas à magistratura estadual gerou muita divergência entre os ministros.*

Pargendler : Sempre há.

Valor: *Qual foi sua posição?*

Pargendler : Aqui é tipo uma Academia Brasileira de Letras. Aqueles que têm interesse vêm e mostram sua disposição de concorrer à vaga. Não deveria ser assim. Nessa última lista, independente dos grupos que se formaram, convidei cinco pessoas que nunca pensaram em vir pra cá. Pessoas com grande experiência, reconhecidas em seus tribunais. Temos quatro vagas no direito penal. O que temos visto é que as pessoas chegam aqui sem vocação para o direito penal. Abre uma vaga no público e privado (nas turmas que lidam com essas questões) e sai alguém do penal, porque não é da área. Temos que ter gente que goste do penal. Então, eu inverti o processo. Pedi indicações, liguei para as pessoas e fiz o convite. Nenhum deles eu conhecia. Felizmente um entrou na lista.

Valor: *Como o senhor avaliou o resultado?*

Pargendler : Essa lista de quatro nomes é muito boa, embora eu tenha ficado vencido. Eu queria duas listas de três nomes, porque a concorrência favorece uma escolha. Além do que, só o fato de entrar na lista já é uma distinção para o juiz. Mas fiquei vencido.

Valor: *Quando serão escolhidos os nomes para mais duas vagas?*

Pargendler : Em agosto, provavelmente, será escolhida a lista dos juízes federais. A do Ministério Público é mais complexa, porque são 27 MPs estaduais e um federal, e cada um deles vai nos apresentar seis nomes.

Valor: *O senhor apoia alguém?*

Pargendler : Não. O meu recado eu já dei, agora cada um que faça do jeito que quiser.

Indústria operou abaixo do normal em maio

27/06/2011- Agência CNI

Brasília – A atividade da indústria esteve em maio abaixo do normal para o período pelo sexto mês consecutivo, com 46,1 pontos, informa a Sondagem Industrial, divulgada nesta quarta-feira, 22 de junho, pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#). Os indicadores variam de zero a cem. Valores acima de 50 mostram evolução positiva, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada (UCI) acima do usual.

O índice de maio, abaixo do habitual, foi puxado pelas grandes empresas, que de 49,1 pontos em abril caíram para 46,7 pontos em maio. Na comparação com abril, a atividade industrial cresceu, marcando 52 pontos, o que significa avanço em relação ao mês anterior. O percentual médio da UCI passou de 73% em abril para 74% em maio. O número de empregados também foi ampliado de um mês para o outro, registrando 50,8 pontos.

O estoque em maio ficou acima do planejado, com 51 pontos, embora tenha recuado ante abril, quando registrara 51,8 pontos. Isso mostra que o nível de estoques se aproximou do que foi planejado para o mês de maio, informa a Sondagem Industrial. O indicador de acúmulo de estoques em relação a abril também teve aumento e assinalou 52,4 pontos em maio.

De acordo com o economista da CNI Marcelo Azevedo, o estoque mais próximo do planejado mostra que os empresários ajustaram melhor a produção em maio em relação a abril. "Mas até que os estoques se ajustem completamente, ficando ainda mais próximos da linha divisória dos 50 pontos, é possível que a UCI continue abaixo do usual nos próximos meses", prevê Azevedo.

O indicador de número de empregados registrou 50,8 pontos em maio e fica mais próximo da linha divisória dos 50 pontos, o que mostra estabilidade na oferta de empregos na indústria. Em abril, o índice foi de 51,3 pontos. Azevedo diz que se a situação de queda na demanda se intensificar ou se mantiver por um período longo, é possível que em breve haja redução no número de vagas no mercado de trabalho.

EXPECTATIVAS – Em relação aos próximos seis meses, os empresários estão otimistas em junho nos quatro indicadores analisados: demanda no mercado interno, exportação, compras de matérias-primas e número de empregados. O indicador de exportação, que estava abaixo da linha divisória dos 50 pontos em maio, deixou de ser pessimista ao registrar 50,4 pontos em junho. A demanda no mercado interno, com 61,6 pontos, está mais otimista que no mês passado.

Já as expectativas para compras de matérias-primas e número de empregados tiveram queda, mas continuam positivas. O indicador de compras de matérias-primas registrou 58 pontos em junho ante 58,2 em maio. O de número de empregados marcou 54 pontos este mês, quando em maio atingira 54,3 pontos.

A Sondagem Industrial foi realizada entre 31 de maio e 15 de junho com 1.792 empresas, das quais 943 são pequenas, 566 médias e 283 de grande porte.

Federação paranaense apresenta sugestões para projeto que cria agência reguladora

27/06/2011- Agência CNI

Curitiba - O vice-presidente da [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#), Hélio Bampi, participou na última segunda-feira (20/6) de uma audiência pública promovida pela Comissão de Obras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) para debater o Projeto de Lei Complementar nº 361/2011, que cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR).

A matéria pretende ampliar a abrangência de atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná, criada pela Lei complementar nº 94 no ano de 2002, mas que nunca foi colocada em operação. Além de infraestrutura, a nova agência atuaria nos setores de Saneamento, Energia, Tecnologia e Informática.

Bampi encaminhou ao presidente da comissão de Obras da ALEP, deputado Marcelo Rangel (PPS), as contribuições da federação ao projeto em trâmite. Segundo ele, a cobrança prevista no projeto de uma Taxa de Regulação de 0,5 % a ser recolhida mensalmente pelos prestadores de serviço público, poderia gerar futuros questionamentos jurídicos porque esses prestadores são tributados pelas agências nacionais.

Para compreender melhor a atuação de uma agência reguladora de abrangência estadual, a FIEP promoveu um workshop voltado a esta questão onde foram ouvidos o

presidente e o vice-presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), que apresentaram os exemplos das agências reguladoras do Ceará e do Rio Grande do Sul.

As contribuições da FIEP para a elaboração do projeto que cria a AGEPAR também dizem respeito à necessidade de transparência dos dados econômico-financeiros dos entes regulados e das ações da agência reguladora; à segurança jurídica dos envolvidos nos processos de regulação, e à garantia de qualidade técnica da gestão da agência.

Estas preocupações foram apontadas por outros participantes da audiência pública. O procurador jurídico da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Maurício Sá de Ferrante, afirmou na ocasião que quando existe segurança jurídica para os investidores o custo dos contratos diminui e por consequência, a tarifa aplicada ao usuário. Sua opinião é que para mitigar a insegurança nos contratos, "é imprescindível a independência do órgão regulador".

Nesse sentido, também o presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), Jaime Sunye Neto, criticou a influência política que ocorre nas agências reguladoras federais. Para ele é preciso que a agência paranaense tenha clara independência financeira, para que possa fiscalizar corretamente as ações do Executivo.

Na esteira destas colocações, o representante dos servidores estaduais do Paraná, Heitor Raimundo, enfatizou que a discussão sobre a criação da AGEPAR não pode ser conduzida de maneira apressada, e destacou o trabalho que a FIEP vem empreendendo para esclarecer algumas questões importantes.